

DE TAKEUCHI A TRAGTENBERG A SEMELHANÇA DA COLAGEM NAS EMPRESAS ORIENTAIS E NAS ESTATAIS BRASILEIRAS

Carlos Massayuki Chinen
Mestrando em Gestão de Negócios
Mestrado em Gestão de Negócios
Universidade Católica de Santos

Eduardo Wilson Assêncio
Mestrando em Gestão de Negócios
Mestrado em Gestão de Negócios
Universidade Católica de Santos

Antonio Carlos Freddo
Mestrado em Gestão de Negócios
Universidade Católica de Santos

Resumo

O crescimento da China tem assumido proporções mitológicas. Afinal, que outro país tem dobrado sua economia a cada década? Histórias semelhantes de crescimento constante e consecutivo ocorreram também na Coreia do Sul e anteriormente no Japão, apesar de ambos terem sido arrasados após a guerra das Coreias e da segunda grande guerra respectivamente. Do lado oposto do globo, no Brasil, experimentou-se um crescimento da mesma magnitude, durante a era denominada "Milagre Econômico", com o Estado Empresário, ou o chamado Setor Produtivo Estatal. Apesar da diferente abordagem epistemológica na tradição intelectual ocidental e oriental, o que poderia explicar a semelhança em tão pujante crescimento? A semelhança entre os modelos de crescimento asiáticos e brasileiro (daquela época) encontra-se na "colagem" da força de trabalho às respectivas empresas e o modelo de sua reprodução. É a colagem do sujeito à ideologia. É a empresa, a administração, como esfera e âmbito, exercendo uma intervenção intencional sobre o sujeito.

Palavras-chave

Maurício Tragtenberg, sujeito, ideologia, globalização

Abstract

China's economic growth has achieved mythological proportions. Has any other country's economy doubled each decade? Similar histories of constant growth occurred also in South Korea and

Japan, despite the damage caused by Korea War and World War II, respectively. On the opposite side of the Globe, Brazil has experienced an economic growth of similar magnitude, during an era called "Economic Miracle", with the so called State Business, state owned productive companies. Despite different epistemological approaches of Eastern and Western cultures, what could explain the similarity of this growth? The common factor between Asian and Brazilian growth (at that time) can be found in the adherence of the workforce to the respective companies and the reproduction model. This is the adherence of the individual to the ideology. This is the company administration exerting an intentional influence over the individual.

Keywords

Maurício Tragtenber, subject, ideology, globalization

DE TAKEUCHI A TRAGTENBERG A SEMELHANÇA DA COLAGEM NAS EMPRESAS ORIENTAIS E NAS ESTATAIS BRASILEIRAS

**Carlos Massayuki Chinen
Eduardo Wilson Assêncio
Antonio Carlos Freddo**

Introdução ao Conhecimento nas Organizações

Organizações ocidentais e orientais

O estudo dos fundamentos filosóficos do conhecimento é conhecido como "epistemologia". Desta maneira este capítulo inicia-se com uma breve análise das diferentes abordagens à epistemologia na tradição intelectual ocidental e oriental.

Segundo Nonaka e Takeuchi (1997) enquanto na filosofia ocidental há uma rica tradição epistemológica, em países asiáticos como na China, Coréia e no Japão, quase não se pode afirmar sua existência. No entanto, isso, em si, é um reflexo das diferentes formas nas quais as duas culturas encaram o conhecimento. Na filosofia ocidental, há uma longa tradição que separa o sujeito que conhece do objeto conhecido. Descartes, que postulou a "divisão cartesiana" entre sujeito (conhecedor) e objeto (conhecido), mente e corpo ou mente e matéria, deu a essa tradição uma sólida base metodológica. A história da filosofia ocidental nos dois últimos séculos pode ser vista como um esforço mal sucedido de superar esse dualismo cartesiano.

A história é importante porque a tradição filosófica ocidental moldou fundamentalmente as disciplinas da economia, administração e teoria da organização que, por sua vez, afetaram o pensamento gerencial sobre conhecimento e inovação. Comparar essa tradição filosófica ocidental com a tradição intelectual japonesa ou chinesa, na qual a divisão entre sujeito e objeto não tem raízes profundas, é uma excelente forma de entender os métodos gerenciais, ocidental e oriental atuais. A teoria se baseia na idéia de que essas duas perspectivas se complementam mutuamente. Qualquer teoria adequada à criação do conhecimento precisaria conter elementos das duas culturas.

O Ocidente desenvolveu um poderoso interesse pelo tema do conhecimento. Uma infinidade de classificações vem ocorrendo na imprensa especializada nos últimos anos, com autores proeminentes como Peter Drucker – recém falecido em outubro/2005, aos 95 anos, ou

Alvin Toffler. Cada qual a seu modo, todos anunciam a chegada de uma nova economia ou sociedade, à qual se referem como "sociedade do conhecimento", segundo Drucker, e que se distingue do passado pelo papel-chave que o conhecimento desempenha nela. Drucker (1993) argumenta em seu livro que, na nova economia, o conhecimento não é apenas mais um recurso, ao lado dos tradicionais fatores de produção - trabalho, capital e terra - mas sim o único recurso significativo atualmente. Ele afirma que o fato de o conhecimento ter se tornado o recurso, muito mais do que apenas um recurso, é o que torna singular a nova sociedade.

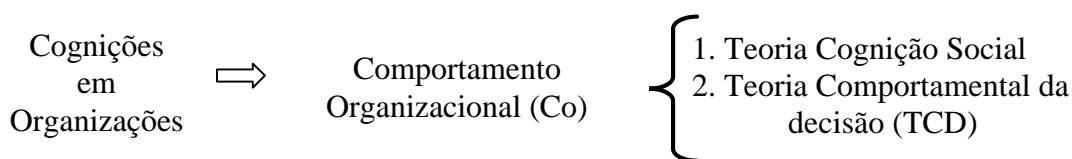
Toffler (1990) corrobora a afirmação de Drucker, proclamando que o conhecimento é a fonte de poder de mais alta qualidade e a chave para a futura *mudança de poder*. Toffler observa que o conhecimento passou de auxiliar do poder monetário e da força física à sua própria essência e é por isso que a batalha pelo controle do conhecimento e pelos meios de comunicação está se acirrando no mundo inteiro. Toffler acredita que o conhecimento é o substituto definitivo de outros recursos.

Esses autores também concordam que o futuro pertence às pessoas que detêm conhecimento. Em uma sociedade baseada no conhecimento, diz Drucker, o "trabalhador do conhecimento" é o maior ativo. Incluído em sua definição de trabalhador do conhecimento está um executivo do conhecimento que sabe como alocar o conhecimento para uso produtivo, assim como o capitalista sabe como alocar o capital para uso produtivo.

Há uma razão para a tendência dos observadores ocidentais de não recorrerem ao tema da criação do conhecimento organizacional. Eles sempre partem da visão da organização como uma máquina para "processamento de informações". Essa visão está profundamente enraizada nas tradições administrativas ocidentais, de Frederick Taylor a Herbert Simon. Trata-se de uma visão do conhecimento como sendo necessariamente "explícito" - algo formal e sistemático. O conhecimento explícito pode ser expresso em palavras e números, e facilmente comunicado e compartilhado sob a forma de dados brutos, fórmulas científicas, procedimentos codificados ou princípios universais. Assim, o conhecimento é visto como sinônimo de um código de computador, uma fórmula química ou um conjunto de regras gerais.

Outra linha de Conhecimento Organizacional é discutida em artigo *Cognições em Organizações* de Ann E. Tenbrunsel et al (1997) in *Handbook de Estudos Organizacionais*, onde os autores focam a cognição em organizações através da Teoria do Comportamento Organizacional (Co), dividindo em Teoria da Cognição Social e Teoria Comportamental da Decisão (TCD).

Fluxograma de Cognição em Organização



Teoria da Cognição Social

- Campo descritivo que tenta explicar como as pessoas dão significado ao mundo
- Estudo pelo qual as pessoas atribuem significado a outras pessoas e a elas mesmas e como os processos cognitivos influenciam o comportamento social (Fiske e Taylor, 1991)
- Fatores que afetam nosso processamento de informações, inferências, julgamentos, decisões, ações (Sherman et al., 1969)
- Proposição de que as pessoas percebem e pensam sobre o mundo social diferentemente do que seria esperado baseado somente em estímulos de informação e princípios de lógica formal (Higgins e Borgh, 1967)
- Crítica de Schneider “a pesquisa sobre cognição social está mais preocupada com os últimos modismos da psicologia cognitiva do que com fenômenos sociais”

Teoria Comportamental de Decisão (TCD)

Subdivide-se em Padrão da Racionalidade Econômica e o Estudo Sistemático de Escolhas.

Padrão da Racionalidade Econômica

- Indivíduos agem de acordo com seus interesses próprios e fazem escolhas que são consistentes com as predições de maximização desse interesse próprio.
- Não se mostraram particularmente úteis na descrição real ou comportamento decisório, pois os indivíduos se comportavam de maneira que se desviavam do modelo econômico ao tomarem decisões, baseando-se por vezes em aspectos irrelevantes (Bazerman, 1994).
- Nesta perspectiva, os erros eram atribuídos a ignorância ou a falta de incentivos corretos.

Estudo Sistemico de Escolhas

- Origem nas ciências comportamentais há 40 anos.
- Trabalho de Edwards em 1954 sobre o comportamento decisório de economistas, estatísticos e filósofos.
- Trabalho de Simon em 1957 sobre a racionalidade limitada, focando os fatores perceptuais, psicológicos e cognitivos que levam os seres humanos a tomarem decisões que se desviam das predições de homem racional.
- Modelo de Simon explica a falta de habilidade para avaliar decisões alternativas simultaneamente, em vez de seqüencialmente ou na escolha da alternativa boa o bastante para satisfazer, em detrimento da alternativa ótima. Ressalta a diferença entre os modelos normativos que prevêm o que as pessoas fazem na realidade, em função do uso de HEURÍSTICAS (regras simplificadores).
- Heurística da Disponibilidade: toma-se decisões em função de exemplos ou ocorrências mais prontamente “disponíveis” na memória. Ex. do subordinado mais próximo.
- Heurística da Representatividade: avaliam as chances de ocorrência de um evento pela semelhança com estereótipos de ocorrências semelhantes.
- Heurística por Ancoragem: adota-se um valor inicial e se efetua ajustes para chegar-se a uma decisão final. Exemplo do salário (Dawes 1988).
- Heurística levam a bias previsíveis: algumas bias citadas no estudo de Bazerman (1994): facilidade de lembrança, recuperabilidade, associações presumidas, insensibilidade a taxas básicas, insensibilidade ao tamanho da amostra, concepções errôneas de chance, regressão à média, a falácia da conjunção, ancoragem, eventos conjuntivos e disjuntivos, superconfiança, armadilha da confirmação, visão retrospectiva, enquadramento.
- Estudos de Kagel e Lavine(1986) e Garb (1989) sugerem que a EXPERIÊNCIA pode eliminar ou atenuar bias decisórias e o FEED BACK pode corrigir o uso inadequado de intuição e heurística de decisão.

As empresas orientais, no entanto, têm uma forma muito diferente de entender o conhecimento. Admitem que o conhecimento expresso em palavras e números é apenas a ponta do *iceberg*, e com isto obtêm resultados impressionantes.

Segundo Ted C. Fishman (2004), a China vem se tornando cada vez mais presente e

exercendo maior influência na vida de todos nós. Os chineses costuram mais roupas e mais tênis e montam mais brinquedos do que qualquer outra força de trabalho do mundo. O país se transformou no maior produtor de aparelhos eletrônicos, despejando no mercado mundial mais televisores, aparelhos de DVD e telefones celulares do que qualquer outra nação. Recentemente, a China passou a atuar nos setores de biotecnologia e computação com rapidez e destreza; e também está fabricando carros e componentes para Boeings 757.

Desde que a China entrou na rota capitalista, opiniões sobre suas perspectivas estão por toda parte. O sentimento atual é uma mistura de euforia, medo, admiração e cinismo. Envoltos por essas emoções encontram-se grandes volumes de capital e estratégias de pequenos e grandes negócios. Mesmo assim, poucos empresários podem dizer que conhecem plenamente e entendem a China e os chineses. Para isso, é importante ter em mente algumas informações, detalhadas a seguir.

Em 2003, o PIB oficial chinês era de US\$ 1,4 trilhão. Por esse dado, era a sétima maior economia do mundo. Como quase todas as estatísticas da economia chinesa, também essa é suspeita. Em 2005, a China tornou-se a 5ª maior economia do Mundo (Bird) e neste 1º semestre de 2006, ela já é a 4ª maior economia do mundo, superando o Reino Unido (Bird).

Os economistas também observam que o PIB oficial da China não revela o verdadeiro tamanho da economia, pois o país utiliza o poder de suas reservas cambiais para manter o valor do yuan atrelado ao dólar. Se o dólar não tivesse caído em relação ao euro e as outras moedas nos últimos anos, a classificação chinesa seria um ou dois pontos maior.

A economia chinesa cresceu tão rápido que assumiu proporções mitológicas. Desde que a China iniciou a reforma da economia, uma geração atrás, seu PIB expandiu a uma taxa anual de 9,5%. Países nos primeiros estágios de reforma econômica em geral crescem rapidamente, mas não como a China, cuja economia nas últimas três décadas duplicou a cada 10 anos.

A China está tão comprometida com seu crescimento econômico, que os chineses freqüentemente conversam como se cada um pudesse fazê-lo acontecer. É um otimismo necessário que permeia a comunicação oficial chinesa.

A economia chinesa cresce rapidamente, entre outras razões, porque o mundo continua alimentando-a com capital. De acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas, Comerciais e Industriais do Japão, um terço da produção Industrial da China foi implantada pelos US\$ 500 bilhões de dinheiro estrangeiro que fluiu para o país desde 1978.

Até 2003, os Estados Unidos atraíam a maioria do capital internacional, mas, naquele ano, a

China assumiu a liderança, arrecadando US\$ 53 bilhões contra US\$ 40 bilhões dos norte-americanos. E com o dinheiro vem o conhecimento: a china recebe uma enxurrada de especialistas em produção, bancos, computação, publicidade e engenharia, da Europa, Ásia e América.

Em 2003, as exportações e importações por empresas estrangeiras que operam na China cresceram mais de 40%. Mais da metade do comércio chinês agora é controlado por empresas estrangeiras. Muitas delas importam matérias-primas e as transformam em bens para exportação. As empresas estrangeiras têm elevado o volume de transações da China o bastante para torna-la o terceiro maior país em comércio do mundo, atrás dos Estados Unidos e da Alemanha – e à frente do Japão.

A China pode gastar, contratar e ditar salários, pode jogar fora concorrentes antigos. Em um período de apenas três anos, de 2000 até o fim de 2003, por exemplo, as exportações chinesas de móveis para quarto feitos de madeira para os Estados Unidos cresceram de US\$ 360 milhões para aproximadamente US\$ 1,2 bilhão. Nesse período, a força de trabalho das fábricas de móveis norte-americanas foi reduzida em 35 mil pessoas, ou um de cada três trabalhadores do setor. A China atualmente fabrica 40% de todos os móveis vendidos nos Estados Unidos e esse número tem crescido.

A habilidade da indústria norte-americana de estar à frente de seus concorrentes internacionais é diretamente proporcional ao talento e aos recursos que o país destina à inovação; é certo, e a diferença no volume de pesquisas entre os Estados Unidos e a China continua grande. Em dezembro, Washington liberou US\$ 37 bilhões para financiar estudos em nanotecnologia, uma soma que o governo chinês não pode igualar facilmente.

No entanto, quando se trata de inovação e desenvolvimento industrial aplicados, o fosso entre chineses, norte-americanos e outras empresas multinacionais está começando a diminuir. Em 2004, a China investiu US\$ 60 bilhões em pesquisa e desenvolvimento. Os únicos países que aplicaram mais foram os Estados Unidos e o Japão, investimentos de US\$ 282 bilhões e US\$ 104 bilhões, respectivamente.

Os engenheiros e cientistas chineses normalmente ganham entre um sexto e um décimo do que recebem seus pares norte-americanos, o que significa que as grandes diferenças nos valores não resultam necessariamente em diferenças iguais em força de trabalho ou desempenho. Os Estados Unidos investiram aproximadamente cinco vezes mais do que a China, mas tinham menos do dobro de pesquisadores – 1,3

milhão de norte-americanos ante 743 mil chineses. Enquanto isso, as universidades chinesas gerarão 325 mil engenheiros em 2005, cinco vezes mais do que os Estados Unidos.

No momento, a China se concentra no treinamento de funcionários técnicos e gerentes. Mas as companhias estrangeiras estão se movendo rapidamente para integrar seus laboratórios estabelecidos na China às operações de pesquisa mundiais.

As empresas que se envolvem com a China devem prever a pressão para transferir sua tecnologia e assim criar uma concorrência no país. Os chineses usam a “cenoura” de seu vasto mercado para extrair concessões de empresas estrangeiras que têm ajudado a construir o poder industrial chinês.

A Motorola virtualmente inventou o mercado de telefones celulares na China. Informações internas da empresa mostram que ela sabia que, no final, a transferência de tecnologia para a China criaria rivais formidáveis. No entanto, a Motorola decidiu que sua melhor estratégia era entrar na China quanto antes e levar sua mais avançada tecnologia. A prova hoje está no tamanho e na eficácia da rede de comunicações celulares do país: as chamadas são completadas para telefones em arranha-céus, metrô e vilarejos distantes – conexões que não funcionariam em telefones celulares nos Estados Unidos.

O que ninguém na Motorola previu foi quão apinhado o mercado chinês se tornaria. A Nokia e a Motorola agora batalham por fatias do mercado chinês de telefones fixos. Os fabricantes alemães, coreanos e taiwaneses aparecem muito fortes. E todas essas marcas estrangeiras estão agora enfrentando a concorrência intensa dos fabricantes locais. Mais de 40% do mercado doméstico chinês de telefones fixos hoje pertence a empresas locais como a Ningbo Bird, Nanjing Panda Electronics, Haier e TCL Mobile.

Os fabricantes domésticos se tornaram tão fortes que, quando a Siemens verificou que seu negócio de telefonia celular na China deixava a desejar, juntou-se à Ningbo Bird para ter tanto produção a baixo custo como um canal de distribuição desenvolvido.

Mesmo assim, a Motorola não consegue sair do mercado chinês. Se sáísse, diz Jim Gradoville, vice-presidente de relações governamentais da Motorola para a Ásia e Pacífico, as empresas chinesas desse setor seriam as mais enxutas e as mais agressivas no mundo, e uma empresa como a dele não teria idéia do que a teria atingido. Por isso, a Motorola fica. Mesmo sendo a maior investidora estrangeira no mercado eletrônico chinês, a Motorola planeja triplicar sua participação na China para mais de US\$ 10 bilhões em 2006.

Em 1995, poucos anos depois de a China abrir seu mercado de computadores pessoais para empresas estrangeiras, previa-se que por volta do ano 2000 as multinacionais controlariam 80% do mercado local. De fato, não demorou para que grandes companhias como IBM, Hewlett-Packard e Compaq abocanhassem mais de 50% dele.

Hoje, entretanto, a tendência vai à direção oposta. A empresa chinesa Legend Gruoup – conhecida fora da China pelo nome Lenovo Group – tornou-se a maior fornecedora chinesa de computadores pessoais, com cerca de 30% de participação no mercado e adquiriu a divisão mundial de computadores pessoais da IBM. Enquanto isso, a participação combinada das multinacionais caiu para apenas 20%. Como a China aprendeu em tão pouco tempo? Como ela incorporou rapidamente o conhecimento?

A pesquisa realizada nos últimos cinco anos por Peter Willianson (2004) sobre as disputas entre multinacionais e empresas chinesas revela que, se a predominância de concorrentes locais ainda está longe de ser total, trata-se, ao mesmo tempo, de um fenômeno cada vez mais freqüente. Em setores distintos, como os de produção de cerveja, de telefones celulares ou de sabão em pó, as empresas chinesas – que muitas vezes parecem surgir do nada – estão obrigando as multinacionais a reavaliar suas estratégias e as expectativas de crescimento explosivo no mercado chinês.

Para compreender a evolução da competição entre as multinacionais e as companhias locais e identificar fatores de sucesso, analisou-se dez setores de atividade na última década. E a mensagem é clara: as multinacionais precisam levar em conta a existência de forte concorrência local.

O Segundo exemplo asiático de organização bem sucedida é a Coréia do Sul. Há 30 anos atrás a renda per capita dos coreanos era semelhante à dos chineses atuais e um PIB desestimulador. A estratégia de montar a economia através das CHAE BOL, grandes empresas privadas com direcionamento governamental em que mercado deveriam atuar. Por exemplo, a HYUNDAI e DAEWOO no automobilístico, a SANSUNG e LG em eletrônicos. Atualmente a Coréia do Sul é excelência em P&D nas áreas eletroeletrônicos, saúde e indústria naval.

O primeiro exemplo asiático de organização bem sucedida é o Japão, segundo PIB mundial. Apesar de arrasada com a segunda guerra mundial em 1945, a partir dos anos 70, começa a se estruturar através dos KEIRETSU, grandes empresas com direcionamento estratégico governamental. Grandes conglomerados com atuação em diversos segmentos, as multiempresas como a MISSUBISHI, SONY, MITSUI, SUMITOMO, NISSAN, KAWASAKI, revolucionaram

o conceito industrial na segunda metade do século passado, através de conceitos como JUST IN TIME, KANBAN, CÍRCULOS DE CONTROLE DA QUALIDADE-CCQ, ON THE JOB TRAINING, TOTAL QUALITY CONTROL-TQC.

Diferenças organizacionais, epistemológicas e sociológicas são distintas entre as organizações ocidentais e orientais.

O Modelo Asiático segundo Tragtenberg

Hegel analisa a composição social da burocracia: funcionários oriundos classe média. A existência da burocracia pressupõe, pelo menos, o espírito corporativo.

Segundo Tragtenberg (1992), o modo de produção asiático surge na sociedade quando aparece o excedente econômico, que determina uma maior divisão de trabalho separando mais rigidamente agricultura e artesanato, que reforçam a economia consultiva, à qual se sobrepõe o poder representado pelo chefe supremo ou uma assembléia de chefes de família. Dá-se a apropriação do excedente econômico por uma minoria de indivíduos com retribuição à sociedade. Daí a exploração assume a forma de dominação, não de um indivíduo sobre outro, mas de um indivíduo que personifica uma função sobre a comunidade. A necessidade da cooperação simples, onde a máquina tem papel secundário e a divisão de trabalho é incipiente para a realização de obras que sobrepõem as comunidades, vai requerer uma direção centralizada para coordenar os seus esforços. Na medida em que isso se dá, munido à eficiência do trabalho, é possível a transformação do sentido funcional da autoridade superior em instrumento de exploração das comunidades subordinadas, quando se dá a apropriação da terra pelo Estado, que mantém a propriedade comunal. O indivíduo continua na posse da terra como membro de sua comunidade particular.

Assim, a cultura de irrigação junto com a horticultura e a irrigação pelos grandes rios, criam a necessidade de supervisão centralizada que irá recrutar mão-de-obra relativamente ampla.

O controle da água em grande escala é dirigido pelo Estado e seu caráter centralizado e despótico no Egito, repetia-se na Antiga Mesopotâmia e na China, onde os cultivadores passivos e ignaros estão sob a direção de uma classe letrada de funcionários que planejavam e executavam o plano. Incapaz de organizar-se, o camponês chinês sofre a dominação tirânica do Estado, reforçada pela ausência ainda maior dos senhorios territoriais, que apesar dela, ainda existiam no Egito, tendo sido substituídos pela burocracia construtora de canais, de depósitos para

armamento de tributos “in natura”, de onde os funcionários retiravam suas cômguas ou emolumentos, abastecendo o Exército. No início da época histórica da China, deu-se a regularização das águas, atribuída às qualidades carismáticas de um soberano demiurgo, o grande Yu.

O objetivo do Estado torna-se o objetivo da burocracia, cujo espírito é o segredo mantido no plano interno pela rigidez hierárquica no fluxo de comunicação, e pelo seu caráter de corporação fechada, no plano externo. Encontra-se assim em Hegel as determinações conceituais que permitem a análise da burocracia do Estado, da burocracia enquanto poder político que antecede em séculos a emergência da burocracia determinada pelas condições técnicas da empresa capitalista, oriunda da Revolução Industrial.

O modo de produção asiático é ao mesmo tempo um modelo histórico e um modelo sem história. É histórico, porque existiu no passado histórico das sociedades asiáticas; não tem história, porque é impossível precisar a época de seu início e desaparecimento e porque não se deu simultaneamente em todas as sociedades. É um modelo que revela os sistemas econômicos passados dessas sociedades.

O modo de produção asiático para estabelecer-se pressupõe a existência de escassa divisão de trabalho entre campo e cidade, a transição da economia de consumo para a produção do excedente, levando à exploração do sobre-trabalho. A existência de uma autoridade suprema (o Estado, para saquear, guerrear e dirigir obras públicas); para tal, o Estado deve ter a propriedade da terra. A burocracia confunde-se com o Estado, é composta pelos militares, elite intelectual, funcionários públicos.

Para a realização de obras públicas e manter a classe dos funcionários, o Estado extrai, sob forma de impostos, mais-valia da economia de subsistência das aldeias.

O povo cria pelo trabalho; em troca, recebe uma remuneração que representa o conjunto de seus bens de consumo. A mais-valia, compreendendo a renda da terra, já apropriada pelo Estado sob forma de impostos. O Estado então a reparte entre a realização de obras públicas e manutenção da burocracia. Esta, com essa renda, adquire bens de consumo. Há rendas de origem externa, saqueio e pilhagem e os tributos recebidos.

A mutação do modo de produção asiático aparece em decorrência de o Estado constituir uma classe sobre uma economia aldeã. Diferentemente da estrutura rural do modo de produção germânico, o asiático engendra a criação de cidades centrais (China, Ásia Central, Índia)

propiciando o desenvolvimento das ciências, artes, artesanato, comércio e usura. A classe comerciante num sistema autárquico com cidades criadas pelo Estado não tem papel importante.

O contato das sociedades do modo de produção asiático com o capitalismo determina maior importância da classe comerciante. Ela investe capitais na terra. Não há feudalismo pela inexistência de servos e senhores feudais. A propriedade territorial coexiste com a do Estado.

As forças produtivas que se acham na base do modo de produção asiático se caracterizam por uma maior utilização da força produtiva do trabalho humano do que da força produtiva dos meios de produção. O modo de produção asiático pressupõe uma superexploração da força de trabalho que compensa a subutilização das possibilidades tecnológicas. Isso é possível se a população vive em suas aldeias na forma de comunidade primitiva, pois o sistema de exploração que exerce o Estado não permite a sustentação da força de trabalho, salvo na época em que é utilizada para construção de canis, edifícios e estradas.

O modo de produção asiático é uma categoria que se define em relação à produção, exprimindo as relações sociais criadas em função das necessidades básicas do desenvolvimento das forças produtivas. Sua lei básica não aparece no nível das técnicas de produção, nem dos imperativos geográficos (irrigação, clima seco), mas ao nível da produção como forma específica da exploração da natureza pelo homem: implica organização técnica do trabalho, forma de cooperação e autoridade social estruturada hierárquica e monocraticamente.

Ideologia e a abordagem de Althusser

A palavra ideologia pode assumir diversos significados. Criada pelo filósofo francês Destutt de Tracy (1751-1836), queria dizer ciências das idéias, compreendendo o estudo da origem e do desenvolvimento das idéias. Posteriormente, o termo passou a significar as idéias, próprias de certos grupos sociais e políticos. Assim é que se falar em ideologia liberal, ideologia de esquerda, ideologia burguesa, etc.

Por influência de Karl Max, a palavra ideologia tornou-se largamente utilizada na filosofia e nas ciências sociais, caracterizando-se como tema polêmico. É que Max utilizou o termo em contextos diversos e com significações diferentes, permitindo leituras diferenciadas dos estudiosos do assunto.

De acordo com a interpretação mais conhecida e difundida, ideologia não seria apenas um conjunto de idéias que elaboram uma compreensão da realidade, mas um conjunto de idéias que

dissimulam esta realidade, porque mostram as coisas de forma apenas parcial ou distorcida em relação ao que realmente são. O que se buscava ocultar ou dissimular na realidade seria, por exemplo, o domínio de uma classe social sobre a outra.

Nesse sentido, a ideologia tem função como a de preservar a dominação de classes apresentando uma explicação apaziguadora para as disfunções sociais. Seu objetivo é antes um conflito aberto entre opressores e oprimidos.

A ideologia seria, portanto uma forma de consciência da realidade, mas uma consciência parcial e alusiva, que se baseia na criação de conceitos e preconceitos como instrumentos de dominação.

Na análise feita pelo filósofo marxista húngaro György Lukács (1885-1971), a característica fundamental da ideologia seria o fato de ela se prestar à orientação da vida prática dos indivíduos, ou seja, de fornecer a base para a resolução dos problemas práticos da vida em sociedade. Nesse sentido, a ideologia teria uma função operativa e existiria desde o momento em que os homens vivem em coletividade. Ou seja, Lukács destaca que a ideologia não tem necessariamente o caráter dissimulador da luta de classes, pois não seria um fenômeno apenas das sociedades divididas em classes.

Apenas quando o conflito social passa a fazer parte da realidade é que a ideologia se volta à resolução dos problemas gerados por esse conflito, manifestando-se então como instrumento de classe.

Assim, o fato de que a ideologia burguesa oculte ou mostre parcialmente a realidade se originaria, por um lado, de sua própria incapacidade de ver a realidade em sua totalidade e, por outro, da necessidade, comum a todas as classes dominantes, de tornar universais os seus valores particulares, a fim de garantir a estabilidade da ordem social que lhe interessa. Por isso, outro pensador marxista, o italiano Antonio Gramsci (1891-1937), se refere à ideologia como sendo o “cimento” que garante a coesão social.

A crítica de uma ideologia pode ser feita pelo exercício de “estranhamento” da realidade em questão. Nesse exercício, os elementos que compõem determinada realidade devem deixar de ser vistos como dados naturais, para serem então compreendidos como construções histórico-sociais.

A ideologia não tem história, relata Althusser nas suas duas teses:

Tese I

A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. A fórmula tem que ser entendida em todo o seu rigor, pois se trata das relações imaginárias dos indivíduos com suas condições de existência, e não da representação imaginária dos indivíduos sobre suas condições de existência. Isto é, Althusser critica a idéia de que a ideologia seja uma representação imaginária do mundo, invertida, deformada e de que baste interpretar tal inversão e deformação para resgatar o seu conteúdo verdadeiro. Pois para Althusser o objetivo da ideologia não é o “mundo”, mas a relação do “sujeito” com o mundo ou, mais precisamente, com suas condições reais de existência.

As teorias interpretativas da deformação ideológica deixam a descoberto a questão das razões dessa deformação. As respostas variaram, e a que Marx retoma na Ideologia Alemã seria a de Feuerbach: a causa da ilusão ideológica seria a alienação material que reina nessas condições de existência. Para Althusser, é “a natureza imaginária dessa relação” entre os homens e suas condições de existência que dá suporte a toda e qualquer deformação imaginária da ideologia – quando essa relação não é vivida “na sua verdade”.

Mais precisamente, “toda ideologia representa, na sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações que delas derivam), mas, antes de mais nada, a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção...”.

Ora, como as relações de produção não são coisas exteriores aos indivíduos – rigorosamente falando o indivíduo é produto das relações sociais – mas relações entre os homens, ou as relações ideológicas (imaginárias) são parte dessas relações sociais ou não têm sentido. Tanto isso é verdade que Althusser, propõe deslocar a questão da “causa” da deformação ideológica para esta outra: “por que a representação dada aos indivíduos sobre sua relação (individual) com as relações sociais (...) é necessariamente imaginária?” Ele pressupõe, embora negue a tese da “clique” que deformaria voluntariamente as idéias para impô-las aos indivíduos, que a ideologia é dada aos indivíduos em uma relação e, portanto, nas relações sociais.

Tese II

A segunda tese de Althusser é a seguinte:

A ideologia tem uma existência material. Ele não a justifica, apenas reivindica um preconceito favorável em nome do materialismo. E a explicita melhor: “Uma ideologia existe sempre em um aparelho e na sua prática ou práticas. Essa existência é material”. Essa existência

material deve ser entendida no sentido aristotélico, em que “a matéria se diz de vários modos”. Feita esta ressalva, Althusser retoma sua fórmula em novos termos: ideologia = relação imaginária para com relações reais (relações de produção e de classe). E acrescenta: essa relação imaginária é dotada de existência material.

As coisas ficam agora mais claras, não porque a fórmula seja mais justa, mas porque as precisões que acrescenta – que as relações reais são as relações de produção e de classe e que as relações imaginárias são dotadas de existência material – aguçam de tal modo as contradições da fórmula, que forçam a esclarecê-las. A fórmula é pior, porque agora ele opõe relações ideológicas a relações reais e, como aquelas são materialmente existentes, sua irrealidade só pode estar na falsidade, retomando a questão da falsa consciência que Althusser pretende superar. Entretanto, a definição das relações reais (relações de produção e de classe) permite uma interpretação mais satisfatória. Manifestamente a ideologia é agora admitida como existente entre as relações sociais, só que, diferentemente das relações de produção (aqui excluindo as relações de classe e, portanto, entendidas como relações econômicas) e das relações de classe (aqui, pelas mesmas razões entendidas como relações políticas) não põe em relação os homens entre si e com a natureza, mas sim suas representações das relações dos homens entre si e com a natureza. Em suma, o que Althusser parece querer dizer é que a ideologia não é um ato de pensamento solitário do “indivíduo”, mas uma relação social que tem por objeto representações.

E como se assegura a reprodução da força de trabalho? Ela é assegurada ao se dar à força de trabalho o meio material de se reproduzir: o salário. O salário consta na contabilidade de cada empresa, mas como capital de mão-de-obra e de forma alguma como condição da reprodução material da força de trabalho.

No entanto é assim que ele “atua”, uma vez que o salário representa apenas a parte do valor produzido pelo gasto da força de trabalho, indispensável para sua reprodução, quer dizer, indispensável para a reconstituição da força de trabalho do assalariado (para a habitação, vestuário e alimentação, em suma, para que ele esteja em condições de tornar a se apresentar na manhã seguinte – e todas as manhãs – ao guichê da empresa); e acrescenta-se: indispensável para a criação e educação das crianças nas quais o proletariado se reproduz.

Entretanto não basta assegurar à força de trabalho as condições materiais de sua reprodução para que se reproduza como força de trabalho. A força de trabalho disponível deve ser “competente”, isto é, apta a ser utilizada no sistema complexo do processo de produção. O desenvolvimento das forças produtivas e o tipo de unidade historicamente constitutivo das forças

produtivas num dado momento determinam que a força de trabalho deve ser (diversamente) qualificada e então reproduzida como tal. Diversamente: conforme às exigências da divisão social-técnica do trabalho, nos seus diferentes “cargos” e “empregos”.

Como se dá esta reprodução da qualificação (diversificada) da força de trabalho no regime capitalista? Ao contrário do que ocorria nas formações sociais escravistas e servis, esta reprodução da qualificação da força de trabalho tende (trata-se de uma lei tendencial) a dar-se não mais no “local de trabalho” (a aprendizagem na própria produção), porém cada vez mais, fora da produção, através do sistema escolar capitalista e de outras instâncias e instituições.

As Empresas Estatais Brasileiras

Nas sociedades capitalistas do século XX até a Grande Depressão, o Estado assegurava a operação do mercado, porém não intervinha. Logo após, na procura por controlar a devastação social provocada pelo automatismo da economia de mercado, o estado adquiriu a capacidade de intervenção. As sociedades capitalistas contemporâneas operaram notório crescimento de suas estruturas estatais como contraface da desnaturalização do mercado para fortalecer a rationale da acumulação – expressa em níveis de prosperidade inéditos, após a Segunda Guerra Mundial.

Segundo Contreras, o capitalismo político que foi uma experiência embrionária no século XIX em países como a França, a Alemanha e o Japão, tornou-se modalidade dominante no capitalismo do século passado. Assim, generalizou-se a politização da economia, e a política transformou-se num âmbito ultra-sensível à dinâmica econômica. A dimensão econômica dos processos sociais, notadamente o desenvolvimento industrial, passou a deter status proeminente na capacidade estratégica dos Estados e dos governos para administrar o exercício político – de conflito e de cooperação – no interior das sociedades e nas relações com o sistema internacional.

Essa evolução colocou em relevo a estatura política do Setor Produtivo Estatal (SPE) ou, melhor, das elites empresariais do Estado. De fato, a despeito das muitas variantes empíricas, quer em países desenvolvidos, quer em países em desenvolvimento, os capitalismo do século XX mostram a visibilidade ostensiva das lideranças do Estado empresário.

O Estado empresário no Brasil surgiu no âmago de um desenvolvimento industrial nucleado por políticas setoriais de substituição de importações. Essa modalidade estratégica permitiu enfrentar as restrições de uma industrialização muito tardia, em condições de desvantagem face à dinâmica mundial capitalista de internacionalização produtiva. A

implementação desse processo requereu soluções políticas específicas, colocando a ação estatal, especialmente a das estruturas diretamente produtivas, em posição estratégica virtual para orientar e acomodar a dinâmica conflitante entre os interesses estatais, os dos capitais privados nacionais e os dos capitais estrangeiros.,

Concomitantemente ao exame do SPE, e do Estado, nas suas tendências evolutivas gerais, a análise política tradicional tem abordado o problema segundo uma visão dominante na administração e na sociologia, que situa a alta burocracia das agências e empresas estatais como atores instrumentais de apoio à política. Inspirada numa leitura estreita de Weber, essa abordagem visualiza as elites do Estado como implementadoras de decisões tomadas numa esfera política externa ou como estruturas de legitimação de um sistema de dominação política. O resultado é similar à leitura dos economistas e dos administradores, ou seja, a política é uma variável exógena a esses atores.

Nas histórias concretas, permeadas de conflitos mais ou menos agudos, o espaço de autonomia dos atores do SPE nasce e evolui por lógicas particulares a cada empresa estatal. Ainda que a dupla inserção no Estado e no sistema produtivo outorgue, do ponto de vista político, uma relativa unidade às lideranças empresariais do Estado, diferenciando-os dos atores políticos convencionais, são também notáveis as diferentes de trajetória entre esses atores. Essas diferenças são exacerbadas nas experiências de industrialização mais recente. Nestes casos, o tipo de inserção na economia mundial e a relação de convivência com o capital estrangeiro criam oportunidades e restrições distintas para cada ator estatal.

Os núcleos diretores do SPE nascem com uma dupla face: a estatal e a empresarial. Essa origem possibilita que, na trajetória de crescimento da empresa, a sua liderança se transforme num centro processador de decisões, articulando, agregando e intermediando - num complexo processo de negociação - interesses advindos de atores da esfera estatal, do governo, do setor privado nacional e do setor multinacional.

A realização desse potencial de ativismo político, entretanto, requer por parte da liderança estatal a construção de uma identidade política, nucleada por um projeto estratégico próprio, que se vai fazendo ao longo de uma trajetória. A identidade política do ator se expressa na capacidade de adquirir, acumular, reciclar e, sobretudo, mobilizar recursos de poder para implementar a longo prazo uma política conscientemente direcionada. O exercício da autonomia e o crescimento das atividades da empresa estatal resultam desse processo.

A construção do Brasil industrial teve como ator central desse acordo o próprio Estado.

Assim, desde o segundo governo Vargas até o governo Geisel, criou-se um ambiente muito favorável ao alargamento de poder e à expansão das empresas produtivas estatais. Estabeleceu-se entre as autoridades dos sucessivos governos do período e os projetos mais ou menos nítidos das diferentes elites do SPE uma congruência de objetivos. Essa relação de congruência entre autoridade (do governo) e poder (da liderança estatal) se torna conspícua com o advento dos governos militares.

Por definição, as empresas estatais foram criadas para alavancar e fortalecer a acumulação dos agentes privados nacionais e, por essa via, alargar os espaços de soberania do capitalismo nacional, algo muito parecido com os KEIRETSU e CHAE BOL, exceto a origem do capital. O Engajamento direto do Estado, mais ou menos vigoroso, na maioria das trajetórias industriais e de industrialização do século XX, operou-se por força da carência ou da fragilidade do agente estratégico clássico: uma burguesia ou empresariado forte, oriundo da práxis do mercado.

Nas industrializações mais recentes, como no Brasil, a centralidade do Estado empresário ergueu-se como esfera intermediadora para contrapesar a força política e econômica dos capitais internacionais e acautelar a fragilidade política e econômica das burguesias industriais nativas. No processo de implementar o objetivo de fortalecer o mercado pela mão visível do Estado, os atores do SPE percorrem trajetórias distintas por razões do próprio âmbito de atividades que lhes são institucionalmente atribuídas. Essas funções os inserem de modos específicos, no universo de relações das empresas e dos empresários nacionais e estrangeiros.

O modelo das estatais Brasileiras tem forte direcionamento estratégico governamental e compete no mercado privado. Dois grandes ícones estatais encontram-se listados na revista Fortune entre as 500 maiores empresas mundiais de 2006: a Petrobras em 86ª colocação e o Banco do Brasil na 323ª colocação.

Considerações Finais

Tomemos alguns trechos de A Ideologia em Ato (FREDDO, 2004):

...Esse deslizar é, portanto, o momento da subjetivação., Quer seja, é a proposta que aqui faço: trata-se da colagem do sujeito à ideologia.

...Nesse capítulo procuro contextualizar a empresa, e a administração, como esfera e âmbito de uma intervenção intencional sobre o sujeito, definindo o papel daquele a quem estarei chamando de dirigente (presidente, diretor,

gerente) como sendo não apenas o de gerir a empresa no que se refere a seus aspectos técnico-administrativos e de produção mas, também, o de influenciar o comportamento e, por conseguinte, as ações, daqueles que, na empresa, aparecem como seus subordinados. Utilizo, aqui, o conceitual existente sobre a empresa e a administração enquanto referencial técnico-teórico voltado ao “fazer o empregado fazer”, lembrando que as abordagens administrativas conhecidas dizem respeito ao gerenciamento do processo produtivo. É interessante notar que as abordagens da administração falam do papel do sujeito no processo produtivo, quer seja nos níveis executivos da empresa, quer seja no nível operacional. Não há dúvida de que o que existe sobre a empresa moderna e seu gerenciamento é amplo e diversificado. O que aqui utilizo presta-se à inserção daquilo que considero de interesse: que administrar, em um primeiro momento, nada mais é que um fazer com que outro faça, à semelhança da definição de administrar para Mary Parker Follet. Procurarei, ainda, encaixar esse conceito naquele de ação estratégica, conforme descrito por Habermas...

...Do mesmo modo, se a organização moderna quer o corpo do sujeito como um dos componentes da “máquina” que ela mesma se tornou, podemos, por isso, afirmar que se trata de um retorno a Taylor? Mas, pergunto, será que a organização moderna deixou, algum dia, de ser taylorista?...

Considerando-se que as organizações são tayloristas, quanto mais a força de trabalho estiver colada à Organização, mais fácil a condução e mais rápida é o atingimento do Objetivo. As Empresas Estatais Brasileiras e as Empresas Asiáticas Japonesas, Coreanas e Chinesas tem semelhança no nível de colagem dos seus empregados às empresas. Este nível de colagem é bem superior comparativamente às congêneres ocidentais.

Os modelos Estatais Brasileiros e Asiáticos se assemelham quanto ao direcionamento estratégico das Empresas pelo governo. Isto é replicado na atuação da empresa e de seus dirigentes sobre os empregados.

Tanto nas Organizações Asiáticas e nas Estatais Brasileiras, a reprodução da força de trabalho é dado por altos salários comparativamente ao mercado e por estabilidade no emprego. Isto facilita a dominação dos empregados pelos dirigentes.

A força de trabalho deve ser “Competente”. As Estatais Brasileiras incorporaram rapidamente métodos de treinamento asiáticos como On the job training, CCQ, TQC, KANBAN e outros. Além disso, as Empresas Estaduais são as organizações que mais investem em treinamentos para a força de trabalho, comparativamente com as Empresas Privadas Nacionais. Estes treinamentos direcionam e “colam” mais o empregado à empresa.

Referências Bibliográficas

- CHAUI, M. *Ideologia e educação*. São Paulo: Ática, 1997.
- CONTRERAS, E. C. A. *Os Desbravadores*. A PETROBRAS e a construção do Brasil industrial. Rio de Janeiro: Dumara, 1993.
- FISHMAN, T.C. China Inc. São Paulo: HSM Management, ano 9, n. 53, dez 2005, p.76-118.
- FREDDO, A. C. *A Ideologia em Ato*. A “filiação” imaginaria do sujeito. 2. ed. Santos: Leopoldianum, 2004.
- LOUIS, A. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1998.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. *Criação de Conhecimento na Empresa*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- PRAHALAD, C. K.; HAMEL, G. *Competindo pelo futuro*. São Paulo: Campus, 1995.
- QUINT, M.; SHORTEN, D. *The Missing Link*. Designing supply chain for growth, profitability an resilience. : Stractegy and Business Books, 2004.
- TENBRUNSEL, A. E., et al. Cognições em Organizações. In: *Handbook de Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2004.
- TRAGTENBERG, M. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1992.
- WILLIANDON, P. *Winning in Ásia*. Strategies for competing in the new millenium.: Harvard Business School Press, 2004.